

ID: 116814537

24-04-2025



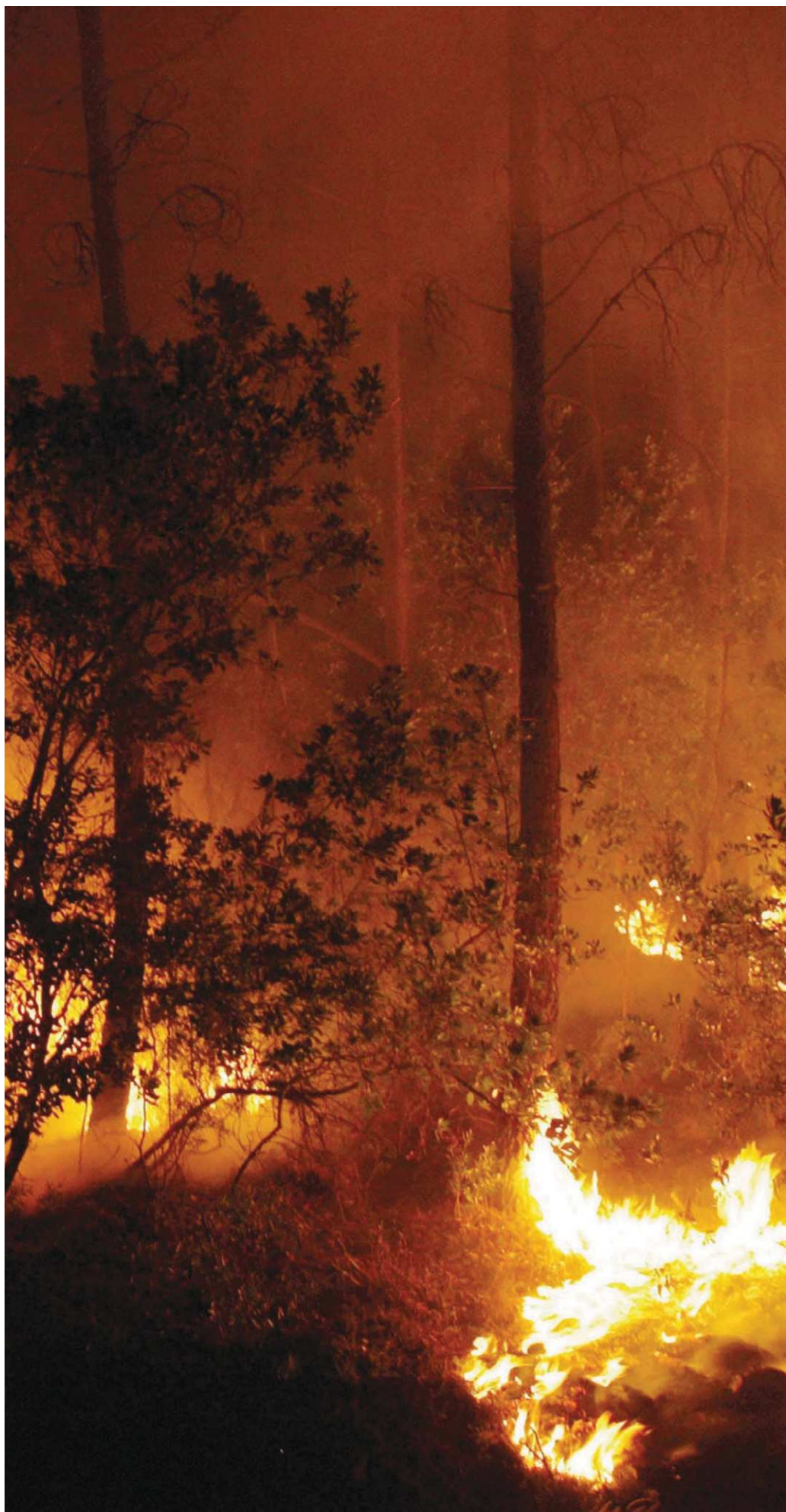
— AMBIENTE

GRANDES INCÊNDIOS UM LEGADO DO ESTADO NOVO

Uma equipa de investigadores concluiu que as políticas de florestação e a perseguição às práticas tradicionais de fogo agrícola, ao longo do século XX, transformaram Portugal no barril de pólvora incendiária que é hoje. Os resultados do projeto FIREUSES – Paisagens de Fogo são apresentados nesta quinta-feira

— POR LUÍS RIBEIRO





N

Na primeira metade do século XX, agricultores e pastores tinham no fogo um aliado. Consideravam-no um instrumento fundamental para fertilizar as terras e substituir o trabalho braçal na limpeza do mato, de modo a abrir terreno cultivável para produzir cereais e criar novas pastagens. Havia muitos fogos, mas praticamente nenhum incêndio.

Até que começou a ganhar espaço a ideia de que os camponeses não sabiam o que faziam e que o fogo era inimigo da floresta, a nova coqueluche entre a classe dominante. O fogo foi sendo proibido e os campos agrícolas deram lugar a pinhais e, depois, a eucaliptais. Os incêndios começaram, então, a surgir, cada vez maiores, cada vez mais frequentes, cada vez mais imparáveis. E assim chegámos à triste posição que ocupamos hoje: o país que mais arde (de longe) na Europa.

Esta relação de causa-consequência – da supressão dos fogos agrícolas e da florestação de Portugal ao advento dos grandes incêndios – é a principal conclusão do projeto FIREUSES, Paisagens de Fogo, divulgado nesta quinta-feira, 24, na conferência Paisagens de Fogo: Uma História Política e Ambiental dos Grandes Incêndios em Portugal, na Biblioteca Nacional, em Lisboa. Além do trabalho de pesquisa documental, o projeto incidiu sobre os casos particulares das serras da Lapa e da Nave, no Norte, e de Monchique, no Sul, como dois exemplos diferentes e paradigmáticos de paisagens de fogo.

“A agricultura ocupava grande parte do território e



tinha uma relação muito forte com o fogo, com práticas diversificadas”, explica Miguel Carmo, coordenador do estudo e investigador do Instituto de História Contemporânea (IHC), da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. “É impressionante a quantidade de técnicas com nomes e aplicações diferentes. Algumas são relativamente recentes, desenvolvidas já no século XX, no contexto da expansão do trigo, que alterou significativamente as formas de cultivo. Encontrámos uma agricultura do fogo dinâmica e rica.”

Mas o Estado Novo, baseando-se em ilusões semeadas décadas antes, decidiu que Portugal teria de ser “novamente” coberto por florestas. Nesse país, haveria menos espaço para a agricultura e a pastorícia, e menos ainda para uma agricultura e uma pastorícia em que o fogo de-

sempenhava um papel fundamental. O fogo era amigo da agricultura, mas inimigo da floresta.

Um erro que haveria de ter impactos colossais a partir de finais da década de 1960.

OS “CAMPONESES IGNORANTES”

A decisão de substituir campos agrícolas por florestas tem por trás uma dimensão económica e estética com origem ainda no século XIX, diz José Ferreira, também investigador do IHC e colaborador do projeto. “Há uma ideia de romantismo, do sublime, de que uma serra coberta de verde é inerentemente mais bonita e saudável, enquanto uma serra desbastada pelo pastoreio e pelo fogo é deprimente e insalubre, além de produzir menos riqueza do que uma floresta. Até a arborização de Monsanto [em 1938] nasceria dessa convicção de que uma

▼ Florestação de Monsanto

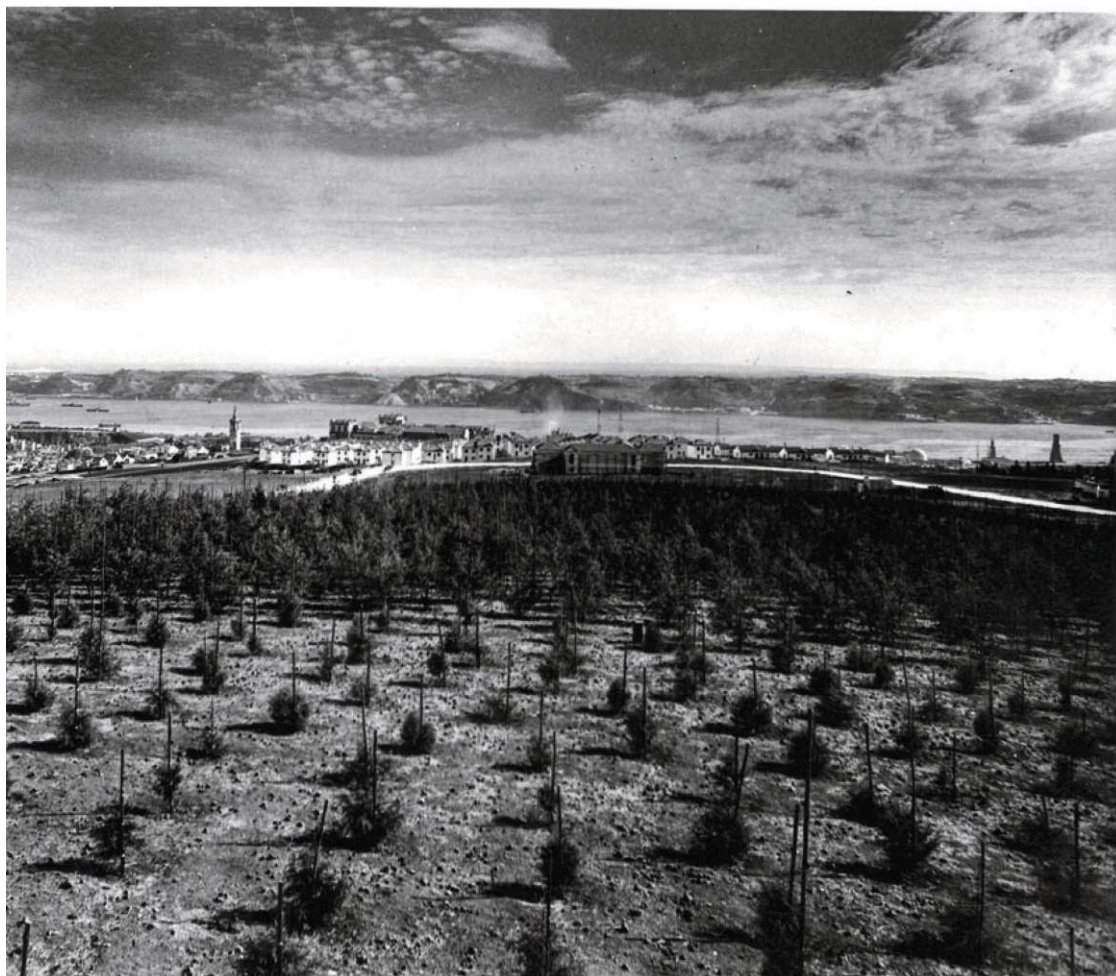
A serra era um ermo pedregoso, com pastagens, algum trigo e oliveiras, até ser alvo de uma plantação de larga escala em 1938

A demonização das práticas agrícolas de fogo seria contraproducente: ao invés de pequenos fogos controlados para queimar a matéria orgânica, passaríamos a ter incêndios devastadores

serra pedregosa não era suficientemente produtiva nem se parecia com a imagem de paisagem ideal que estava na cabeça de uma elite política, intelectual e científica que, muitas vezes, estudou na Alemanha e vira os Alpes.”

A paisagem, acreditava-se, tinha sido vítima de uma degradação ambiental ao longo dos séculos, causada por camponeses ignorantes. A floresta seria um regresso a um (duvidoso) passado idílico em que as árvores cobriam grande parte do território. Com tanta sapiência, ninguém se lembrou de que o clima português não é o alemão.

A teoria é transposta para o papel num relatório que acompanha a primeira carta de uso do solo, de 1868, com uma mensagem de que havia de se rentabilizar o território (com floresta), instruir os camponeses (tidos como responsáveis pela desflorestação) e



desenvolver uma racionalidade científica na gestão do território (errada, como se veria demasiado tarde). Esses conceitos seriam recuperados pelo Estado Novo, para justificar o Plano de Povoamento Florestal, que passava pela plantação de árvores (sobretudo pinheiros) nos baldios a norte do Tejo, terras que passariam a ser geridas, não pela comunidade, mas sim pelos Serviços Florestais, gerando, pelo caminho, uma série de conflitos.

Para proteger essa nova floresta, que primeiro alimentava a indústria da madeira e a partir dos anos 50, o ainda mais lucrativo setor do papel, seria necessário excluir as práticas agrícolas baseadas no fogo. Menosprezar e atacar essas práticas seria contraproducente: ao invés de pequenos fogos controlados para queimar a matéria orgânica, passaríamos a ter incêndios devastadores.

AGORA É TARDE

A transição da paisagem é muito clara na serra de Monchique, aponta Miguel Carmo. “O eucalipto começa a chegar nos anos 50, com grandes incentivos do Estado e uma indústria da celulose a produzir papel de qualidade, o que gera uma revolução: o eucalipto passa a ser uma alternativa viável ao trigo e ao centeio. Nos anos 60, começa o abandono da população, para se empregar nos hotéis do Algarve e emigrar para França, e a economia agrícola e a sua prática de fogo começam a desaparecer. E em 1966 há um primeiro grande incêndio, que chega a Aljezur. No ano seguinte, o comandante da GNR escreve um relatório que envia ao governador-civil a explicar que os grandes incêndios na região se devem às queimadas de setembro, então legalmente autorizadas, e sugere que passem a ser

realizadas num período posterior. No final dos anos 60, o fogo reduziu-se por ação desta transformação.”

O papel do fogo como ferramenta de prevenção de incêndios também se foi perdendo. “Um equívoco ecológico que permaneceu até muito tarde”, descreve o investigador. “Só nos anos

Quando os Serviços Florestais se aperceberam de que o fogo era importante, já não havia gente para o fazer. O conhecimento perdera-se

1970 aparecem os primeiros profissionais a apontar que os fogos que excluimos da paisagem estão a voltar na forma de grandes incêndios.”

Nessa altura, surgem algumas teses no Instituto Superior de Agronomia sobre o fogo como forma de gerir a paisagem, normalmente de investigadores que haviam passado pelos EUA, onde o fogo controlado era estudado desde os anos 50. Mas era tarde demais. Primeiro, porque décadas de demonização dos fogos criaram desconfiança nos silvicultores, que se recusavam a aceitar as teorias americanas. Segundo, porque os “camponeses ignorantes” que sabiam usar o fogo estavam a desaparecer. José Joaquim Moreira da Silva, engenheiro silvicultor que dirigiu o Parque Nacional da Peneda-Gerês (onde fez experiências com fogo controlado) em finais dos anos 70, ainda defendeu inquéritos na população rural para que não desaparecessem esses conhecimentos, mas em vão.

“Quando os serviços se aperceberam de que o fogo, afinal, era importante, já não havia pessoas para o fazer”, diz José Ferreira. “Há quem tente reintroduzir o fogo controlado nos Serviços Florestais, mas isso não se traduz em políticas públicas. Persiste a desconfiança a nível político e administrativo. A ideia do fogo com mão criminosa, aliás, nasce no Estado Novo. Todos os verões ouvimos que o uso do fogo é mau, queimadas são más, e pelo caminho a paisagem foi-se tornando muito mais combustível.”

Nem toda a culpa estrutural pode ser imputada às políticas do Estado Novo, sublinha Miguel Carmo. “Os Serviços Florestais eram uma instituição com uma presença enorme no território, mas a estrutura vai sendo reduzida e, a partir dos anos 80, desmantelada. Hoje, há muito pouca gente para fazer fogo controlado.” ■ lribeiro@visao.pt